



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0010696-90.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto **Habilitação de Crédito - Recuperação judicial e Falência**
 Requerente: **Globo Central de Usinagem Ltda.**
 Réu: **OPTO ELETRONICA SA e outro**

Juiz de Direito: Dr. **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de pedido de habilitação de crédito movido por **GLOBO CENTRAL DE USINAGEM LTDA**, nos autos de recuperação judicial acima epigrafados. Alega, em resumo, que é credora da empresa no valor de R\$107.102,00, consoante documentos de fls. 06/40. Pede a inclusão de seu crédito. Juntou documentos às fls. 03/40.

As recuperandas se manifestaram às fls. 45/53. Preliminarmente, aduziram a falta de recolhimento de custas e falta de interesse de agir, visto que o crédito já se encontra habilitado na relação de credores. No mérito, alegaram que a credora instruiu seu pedido de habilitação de crédito apenas com notas fiscais, sem, contudo, juntar os respectivos comprovantes de entrega das mercadorias. Juntou documentos às fls. 54/89.

O Administrador Judicial se manifestou (fls. 90/95), opinando pelo indeferimento da presente habilitação.

A credora se manteve inerte (fl. 99).

O Ministério Público, à fl. 105, se manifestou pelo indeferimento do pedido.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Compulsando os autos, não vislumbro razão para a inclusão do crédito ora postulado pela requerente.

Assiste razão ao administrador judicial, bem como ao *Parquet*, já que o crédito se encontra devidamente habilitado na relação de credores da recuperação judicial



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

(fl. 65). Outrossim, a parte credora sequer se manifestou em relação à contestação, sendo o que basta (fl. 99).

Portanto, não há que se falar em nova habilitação de crédito já habilitado.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido da habilitante, nos termos do artigo 487, I, do Novo Código de Processo Civil.

A requerente arcará com as custas e honorários que fixo em 10% do valor da causa, nos termos do art. 85, §2º, do NCPC.

Cientifique-se o representante do Ministério Público.

P.I.

São Carlos, 18 de Julho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**